

Liberdade Sindical e Direito de Negociação Coletiva: Europa

Visão Global

Liberdade sindical e direito de negociação coletiva são direitos humanos fundamentais no trabalho, parte integrante da democracia. Esses direitos, além de dar sustentação às liberdades civis e proteção contra discriminação, ingerência e intimidação, desempenham papel de vital importância no desenvolvimento econômico e social sustentável na Europa, contribuindo para compor objetivos sociais com as demandas da economia globalizada. Podem promover produtividade, medidas de ajuste e paz no trabalho e assegurar a partilha dos benefícios do crescimento.

Com base na Declaração, da OIT, sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, adotado pela Conferência Internacional do Trabalho, em 1998, todos os Estados-membros da OIT, “mesmo que não tenham ratificado as convenções em causa, estão obrigados, pelo fato de pertencerem à Organização, a respeitar, promover e aplicar, em boa-fé e de acordo com a Constituição (OIT), os princípios concernentes aos direitos fundamentais objeto dessas convenções”. Isso inclui liberdade sindical e o efetivo reconhecimento do direito de negociação coletiva.

Principais Ocorrências

· A Europa atingiu níveis de ratificação superiores aos de qualquer outra região com relação às convenções fundamentais da OIT que cobrem liberdade sindical e negociação coletiva. Cerca de 96 por cento dos Estados-membros da Europa ratificaram a Convenção, da OIT, sobre Liberdade Sindical e Proteção do Direito de Sindicalização, 1948 (nº 87) e todos ratificaram a Convenção sobre Direito de Sindicalização e de Negociação Coletiva, 1949 (nº 98).

· Apesar disso, alguns grupos de trabalhadores enfrentam desafios em termos de liberdade sindical e de negociação coletiva. Empregados do setor público estão, muitas vezes, entre os mais sujeitos a restrições do direito de sindicalização e de negociação coletiva. Atualmente, tendências econômicas e privatização põem desafios, e o potencial de confronto parece elevado. Um declínio do número de pessoas empregadas no setor público reflete, em termos mundiais, pressão para controle de gastos públicos e transição para economias de mercado na Europa Central e Oriental. Na Europa, o índice de sindicalização

no setor público é mais elevado do que no setor privado. Trabalhadores na agricultura de todo o mundo enfrentam dificuldades que vão da exclusão legal à violência e à intimidação de quem tenta sindicalizar-se. Mudanças em modalidades de emprego ligadas à globalização aumentam essas dificuldades, inclusive dispensa de empregados estáveis, terceirização e maior utilização de prestadores autônomos de serviços. Nas zonas francas de exportação em todo o mundo, conforme relatórios, continuam a se registrarem dificuldades de sindicalização, embora na maioria dos países a legislação trabalhista e de relações de trabalho esteja em vigor nessas zonas. Essas zonas francas de exportações têm crescido rapidamente. Em 1975, havia 79 zonas em 25 países, mas, em 2002, já eram 3 mil em 116 países, empregando no mínimo 43 milhões de pessoas. Entre os trabalhadores aos quais mais freqüentemente se nega o direito de sindicalização, na lei ou na prática, estão os migrantes, ainda mais vulneráveis se não portam documentos ou se encontram em situação irregular. Em termos mundiais, mais de 80 milhões de pessoas estão economicamente ativas em países que não são os próprios. Os trabalhadores domésticos estão sujeitos a abusos e à negação de direitos fundamentais no trabalho, embora desempenhem crescente papel socioeconômico no mercado global de trabalho. Na economia informal, generalizam-se relações de emprego ambíguas e maquiadas, criando incerteza sobre o alcance e a proteção da legislação trabalhista, inclusive sobre direitos de sindicalização e de negociação coletiva.

Avanços

- Na Irlanda, a Confederação Irlandesa de Comércio e de Empregadores criou uma associação guarda-chuva para atender às necessidades de empresas de pequeno e médio porte. Serviços especializados concentram-se diretamente no atendimento às necessidades do setor.
- Nos países nórdicos, a defasagem entre os índices de filiação de mulheres e homens em sindicatos praticamente já desapareceu e vem se reduzindo em grande parte da Europa. Na Dinamarca, Estônia e Suécia, a densidade sindical feminina é maior do que a masculina. Nas últimas duas décadas, a sindicalização tem aumentado graças à participação das mulheres.
- Um levantamento em 2000, cobrindo 6 mil empresas em 22 países europeus, comparou empresas filiadas a organizações de empregadores com empresas não filiadas. Só sete por cento das empresas filiadas a organizações de empregadores tinham trabalhadores não sindicalizados, enquanto 27 por cento das empresas não filiadas tinham trabalhadores não sindicalizados.
- A reforma do setor público pode tornar-se um ponto central das atividades sindicais. Entre os sindicatos que planejam e implementam mudança está Malung na Suécia.

- Na Ucrânia, desenvolveu-se um processo tripartite de reforma da lei trabalhista, que incluiu participação pública regional em todo o país e a experiência e comentários da OIT. O projeto foi aprovado, em primeira votação, no Parlamento, e o processo ajudou a fortalecer o tripartismo no país.
- Na Suíça, os sindicatos vêm trabalhando juntos com o movimento de trabalhadores não registrados, “sans papiers”. No Reino Unido, o Sindicato de Trabalhadores Gerais e do Transporte incentivou trabalhadores domésticos de Filipino, em grande parte não registrados, a se filiarem e a participarem de suas atividades. Isso melhorou a ação do sindicato no campo de direitos de trabalhadores migrantes e possibilitou a empregados domésticos participarem ativamente de campanha com vista a mudanças nas normas de imigração.

Qual é o papel da OIT?

A Declaração da OIT, adotada em 1998, impõe à Organização o dever de ajudar os esforços de seus Estados-membros na observância dos princípios e direitos fundamentais no trabalho, inclusive a liberdade sindical e a negociação coletiva. Cria uma nova estrutura de assistência técnica que está produzindo bons resultados. Esses esforços vão desde assessoria em reforma de leis a projetos multifacetados de mais longo prazo. Em 2000, o primeiro plano de ação, preparado de acordo com o Seguimento da Declaração, listou mais de 50 países que solicitaram assistência técnica. Desde então, muitos desses países têm negociado, com a OIT, projetos ou outras atividades, com a ajuda de significativas doações financeiras. A assistência técnica focalizada em liberdade sindical e na negociação coletiva tem ajudado a construir capacidades institucionais no âmbito de governos e de organizações de empregadores e de trabalhadores, melhorando assim as relações entre as três partes. Na Europa, a cooperação técnica inclui um projeto em operação na Bulgária e na Romênia e outro na Ucrânia.